

A Ágora Contemporânea e o Debate Público: Uma Reflexão Sobre o Ciberespaço Como Uma Nova Instância da Esfera Pública¹

Patrícia Augsten²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo analisar e interpretar as metamorfoses pelas quais passa o campo do debate público. Primeiramente, portanto, realiza-se uma análise sobre o conceito de esfera pública. Em um segundo momento, verifica-se as possibilidades de o ciberespaço ser considerado uma instância de esfera pública na contemporaneidade. Por último, confronta-se as ideias apresentadas com alguns impasses para a consecução de um ambiente digital efetivamente igualitário. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo versa sobre uma revisão bibliográfica e uma reflexão crítica a partir de uma estruturação conceitual sobre o novo ambiente comunicacional. Para tanto, é necessário revisitar teorias que abordem tanto a questão da esfera pública, quanto aquelas que versam sobre as novas possibilidades comunicacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera pública. Ciberespaço. Transversalidades capitalistas

Introdução

A partir dos avanços tecnológicos ocorridos durante a segunda metade do século XX, como a informatização, os dispositivos midiáticos portáteis, a convergência das mídias e a popularização das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), surge um modelo de sociedade que inclui os bits em larga escala no cotidiano social.

Com esses mecanismos de fácil acesso, de constante fluxo de informações e de uma intensa interação social, nasce a concepção de um ambiente digital plural e descentralizado, um espaço ideal para debates sociais e deliberações públicas, que estaria assentado em um princípio democrático e libertador. Ou seja, diferente dos meios tradicionais de comunicação, o ambiente digital é visto por diversos autores como um espaço aberto e capaz de promover discussões autônomas, livres de interesses

¹ Trabalho submetido no DT 5 – Comunicação Multimídia do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul que será realizado de 15 a 17 de junho de 2017, em Caxias do Sul.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); especialista em TV e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2016; graduada em Comunicação Social com ênfase em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2009. Email: patricia.augsten@acad.pucrs.br

econômicos, governamentais ou institucionais. Isto é, no contexto do paradigma das mídias massivas, os indivíduos encontravam-se mimetizados à massa; já no cenário que se delinea a partir dos TICs, o papel desses indivíduos passa a ser singular com a possibilidade de exploração de individualidades, de produção de conteúdo, de mobilizações coletivas, de reivindicações de direitos e de formação de comunidades virtuais de ativismo social.

Segundo Castells (2003), as redes estão formando comunidades intensas, eficazes e com um grande poder de mobilização. Essas comunidades em rede encontram uma forma de existir, de se perpetuar e de manter uma mobilização descentralizada - embora ainda coordenada, a partir do contato com outros indivíduos por meio de fóruns de discussão, compartilhamentos de conteúdos e mobilizações via *hashtag* (#) - símbolo utilizado antes de palavras-chave para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais. Como exemplo desses movimentos, Castells cita:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques (CASTELLS, 2003, p. 114 - 115).

O cenário que se delinea a partir da convergência midiática parece alterar, também, as discussões públicas, que, potencializadas pelo ciberespaço e pelas plataformas de redes sociais, ganham mais visibilidade e atingem uma mobilização coletiva de forma mais dinâmica. O ciberespaço, na visão de Lévy (2011), é um universo das redes digitais que proporciona um local de encontros, de informação, de criação, de navegação, de conhecimento, de relações sociais e é responsável por determinar uma nova fronteira econômica e cultural. O autor ainda enfatiza que “dar a uma coletividade o meio de proferir um discurso plural, sem passar por representantes, é o que está em jogo, do ponto de vista tecnopolítico, na democracia do *ciberespaço*” (LÉVY, 2011, p. 67).

Portanto, o desenvolvimento deste espaço proporciona uma experimentação de modos de organização coletivos, pautados na multiplicidade e variedade, tornando possível que indivíduos distantes geograficamente se mobilizem e disseminem sua

mensagem para todos conectados e, também, para a própria mídia hegemônica, instituições e governos.

Na esteira deste raciocínio, Wolton (2012) defende que o ciberespaço se torna um local de novas estruturas sociais e culturais a partir da ação dos indivíduos e da coletividade. Wolton fala que ao mesmo tempo em que o movimento tecnicista acontece, a dimensão comunicacional que está se desenvolvendo está ligada a uma liberdade de informação, a uma sociedade mais aberta e que luta pela democracia. Em consonância com o autor, Lévy ressalta que o ciberespaço pode se tornar uma ferramenta para a exploração de problemas sociais, de debates plurais e de decisões mais eficazes em um âmbito coletivo.

Wolton e Lévy se mostram positivos com as novas possibilidades do ciberespaço quanto às mudanças estruturais da sociedade. Entretanto, existe um complexo emaranhado de visões e percepções divergentes no que tange o ambiente digital e as possibilidades de efetivos avanços democráticos e de um amplo debate público.

A partir das constatações supracitadas e levando em consideração que essa esfera pública se modifica em relação ao tempo histórico e espaço social, o estudo se propõe, então, a refletir sobre as diferentes abordagens teóricas que se referem ao ciberespaço e aos desafios para a consecução de uma esfera pública contemporânea.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo versa sobre uma revisão bibliográfica e uma reflexão crítica a partir de uma estruturação conceitual sobre o novo ambiente comunicacional. Na perspectiva da forma de abordagem do problema, o estudo faz uma reflexão crítica a partir de uma pesquisa qualitativa, já que os fenômenos culturais, sociais e comunicacionais são interpretados e descritos. Ao passo que o novo ambiente comunicacional, suas interações e fluxos comunicacionais são a fonte direta de análise.

O aporte teórico que fundamenta o trabalho está dividido em três eixos temáticos principais. O primeiro deles apresenta as mutações do espaço público de discussão, partindo do conceito de esfera pública proposto por Habermas (1984). Em seguida, o estudo traz à luz percepções e conceitos a respeito das mudanças sociais e culturais que culminaram em novas perspectivas de articulações entre diferentes atores em distintas arenas de debates. Na terceira e última sessão teórica, discorre-se sobre as transversalidades capitalistas que modificam o entendimento de esfera pública proposto por Habermas.

Axioma Inicial: Concepção Habermasiana de Esfera Pública

Leo Huberman (2013), no livro *História da riqueza do homem*, reflete sobre a história da humanidade a partir da era feudal e de suas transformações econômicas e políticas até os dias atuais. O autor afirma que foram a partir das grandes feiras de mercadores, que compravam e vendiam as mercadorias procedentes do Oriente e do Ocidente, do século XII ao XV na Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália, que se constituiu um passo importante em prol do comércio estável, do surgimento das cidades e do estado moderno.

Com a intensificação do comércio, a estruturação de novas cidades, o aparecimento de um novo tipo de riqueza - o dinheiro, e a crescente importância do capital em detrimento das terras, surge um novo grupo: a classe média. Esse novo cenário acarretou em uma disputa de espaços e interesses entre os antigos senhores feudais e as populações das cidades dirigidas pelas associações de mercadores organizados, que começam a se mobilizar com o intuito de evitar algumas práticas feudais que impediam a expansão do comércio (HUBERMAN, 2013).

A mobilização da classe média faz surgir um ambiente de intersecção de sociabilidade, de debates de ideias, de ideologias, de política, de economia e de cultura. A ascensão da classe média trouxe novas dimensões no modo de vida da sociedade: antigas instituições entraram em decadência, novas instituições surgiram e novos debates públicos se formaram com o objetivo de lutar por causas coletivas, tais como a insegurança de estradas e abusos de taxas. Verifica-se neste momento, então, o embrião de debates coletivos em uma esfera pública.

A intensificação da mobilização dos mercadores em busca de direitos e o encontro de cidadãos para debater acerca de interesses comuns marca a separação entre Estado e a sociedade, entre o privado e a noção do público como um coletivo e de uso comum. Neste sentido, o filósofo e sociólogo alemão, Jürgen Habermas (1984), conceitua esse espaço público de mobilização e debates como *esfera pública burguesa*, que deve ser compreendida como:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

Portanto, a esfera pública habermasiana é apresentada em um primeiro momento como uma instância de indivíduos reunidos em público com o objetivo de debater questões do Estado, leis e trabalho social. O conceito de “público” está em contraposição à esfera privada. Em vista disso, a esfera pública é a formação de um espaço que possibilita a construção e a manifestação de uma “opinião pública” sobre assuntos de interesse coletivo. Neste sentido, a “opinião pública” é o resultado dos debates e deliberações coletivas, ou melhor, é o consenso do grupo, o julgamento final (LOSEKANN, 2009).

A formação da esfera pública se deu por e em benefício dos interesses da classe burguesa e se limitou estritamente às classes sociais mais altas, excluindo da discussão as mulheres, a classe trabalhadora e minorias étnicas. Então, a partir do momento que a sociedade civil burguesa se mobiliza com o objetivo de contemplar interesses da própria classe e proteger a esfera privada de interferências do Estado, a concepção de esfera pública burguesa, na compreensão de Lubenow (2012), não representa a esfera pública porque acaba por ser mais uma forma de dominação. Ou seja, o discurso burguês não atende a uma concepção de um espaço público universal e igual.

Com o avanço do capitalismo no século XX, Habermas desloca o conceito de esfera pública da concepção de um espaço de reivindicações coletivas e o aplica como um espaço social com interferência estatal em diversos âmbitos, sem uma função crítica e política, e, portanto, uma esfera pública manipulativa (LUBENOW, 2012).

Habermas ainda ressalta o papel da imprensa neste processo, que surgiu nessa época junto com o estado moderno e a ascensão do capitalismo, que possibilitou um debate público e trocas de informações. Ou seja, a imprensa era um dos meios de discussão existentes nesse período que exerceu um papel importante na constituição da esfera pública habermasiana. Entretanto, ainda de acordo com Lubenow, com os meios de comunicação gerando consenso sem o envolvimento dos indivíduos e reforçando a ordem vigente, a “esfera pública estava cada vez mais definida pelas formas burocrático-administrativas apresentadas pelo Estado” (LUBENOW, 2012, p. 44).

Já a partir da década de 1970, Habermas se afasta da ideia de esfera pública do século XVIII e formula um novo embasamento teórico a partir de um modelo comunicativo de esfera pública, como explica Lubenow:

O objetivo já não é mais a busca institucional de uma esfera pública como base para a formação da vontade democrática, mas sim as estruturas

argumentativas, as pretensões de validade implícitas nos processos de comunicação. Na capacidade de entender a fala do outro, de submeter à força de um melhor argumento e alcançar consenso, Habermas encontra uma racionalidade comunicativa, quer dizer, um critério de validação para este tipo de ação, para criticar distorções de comunicação em processos de dominação e manipulação social e cultivar um processo de formação racional da vontade. E embora continue enraizado na concepção habermasiana de esfera pública a crença no poder da razão por meio do debate público, ela recebe, no entanto, uma moldura dialógica (LUBENOW, 2012, p. 75).

Embora haja interferências externas no processo de constituição da esfera pública, Habermas argumenta que esse espaço foi vital para o desenvolvimento inicial da democracia, já que a luta dos burgueses contra o absolutismo ampliou algumas garantias e direitos dos cidadãos. Logo, é importante entender essa noção de esfera pública como um lugar onde a expressão e a ação comunicativa favorecem uma consciência coletiva. A esfera pública habermasiana deve ser entendida, então, como um espaço social gerado pela comunicação e interlocução entre diferentes indivíduos.

As Novas Perspectivas de Articulações Entre Diferentes Atores

Wolton (2012) defende a ideia de que o essencial no espaço público não é a circulação de informações e de comunicação em si. Mas sim, a criação de um mínimo de consciência coletiva. Assim, a definição de espaço público para o autor é:

O espaço público é uma especificidade da história moderna ligada à emergência do indivíduo, à liberdade de consciência, da fala, e exige numerosas condições culturais. Para debater livremente e contestatoriamente, é preciso não apenas linguagens comuns, mas também interesses comuns, territórios simbólicos comuns, expressões públicas, então o reconhecimento e o emprego de um princípio publicitário (WOLTON, 2014, p. 164).

A abordagem de Wolton converge com a concepção habermasiana de esfera pública no que tange a um espaço de ação discursiva do sujeito, considerado livre e que necessita do reconhecimento do outro como igual e como interlocutor capaz de interpretações e negociações.

Lévy (2011) faz uma abordagem contemporânea e atualiza o conceito de Habermas de esfera pública na nova configuração social com a internet e as redes sociais. Neste sentido, Lévy introduz o conceito de *espaço antropológico*, que é um espaço de proximidade próprio das relações humanas e depende de técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas para se configurar como tal.

De acordo com Lévy, os espaços antropológicos estão ligados às relações entre os atores sociais e uma conversa pode ser considerada uma construção em comum de um espaço de significações, no qual cada interlocutor tenta alterar segundo suas particularidades. Os espaços antropológicos nascem, então, da interação entre as pessoas e de situações entre atores sociais que evocam mensagens, representações e uma gama de significações.

Os espaços antropológicos são organizadores fundamentais de grandes épocas e são os atos dos homens, seus pensamentos, suas relações que atualizam este espaço. Ou seja, cada dinâmica social pode ser compreendida como uma configuração de espaços, que reinventa o laço social, as trocas sociais, os debates coletivos, o aprendizado e a sinergia das competências (LÉVY, 2011).

O autor apresenta uma taxionomia do espaço antropológico: Terra; Território; Espaço de mercadorias e o Espaço do saber. A Terra foi o primeiro espaço ocupado pela humanidade e é onde os seres humanos elaboraram o mundo tal como ele é. Logo, a Terra não é o solo em si, mas compreende justamente o mundo de significações, da linguagem, dos processos técnicos e das instituições sociais. Ao passo que o Território está relacionado à domesticação de animais, à agricultura, à cidade, ao Estado, à escrita, à divisão do trabalho, entre outros. Ou seja, quando se tem a formação da civilização surgem as divisões territoriais e com eles nascem e se estruturam os costumes, hábitos e culturas.

Sobre o terceiro espaço antropológico, o Espaço das mercadorias, Lévy discorre sobre o seu desenvolvimento na aurora dos tempos modernos a partir da organização dos fluxos de energias, da circulação de matérias-primas, do intercâmbio de mercadorias, da troca de informações e do fluxo de riquezas e de capital. O quarto e último espaço antropológico, o Espaço do saber, compreende uma nova dimensão antropológica ligada às relações do ser humano. É um espaço que se desenvolve em uma atividade de conhecimento individual e coletivo, está relacionado com um espaço sem fronteiras de relações, de metamorfose das relações e com o surgimento de maneiras diferentes de ser. É o espaço das redes digitais, dos universos virtuais, de ciberespaços e de intelectuais coletivos.

Com base na análise de Lévy, é possível verificar que a atual dinâmica social e a interconexão de pessoas no mundo todo proporcionam uma nova arena para discussões e deliberação coletiva. Pois, novos lugares são perfeitamente articulados a partir de um

novo suporte físico. Dentro deste contexto, é importante assinalar que o desenvolvimento desta ágora contemporânea e a dinâmica entre os diferentes atores sociais está fundamentada em dois conceitos centrais: *inteligência coletiva* e *cultura do conhecimento*. O ciberespaço deve, portanto, ser pensado a partir das movimentações coletivas e do conceito de inteligência coletiva, que para o autor:

É uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Acrescentamos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas. *Uma inteligência distribuída por toda parte*: tal é nosso axioma inicial. Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade (LÉVY, 2011, p. 29).

O intelectual coletivo, como sugere o autor, pode ser considerado como uma sociedade anônima, cujos participantes trazem conhecimentos e os compartilham. Como também, tem a premissa de não limitar as inteligências individuais, mas sim de exaltá-las. Jenkins (2008) reafirma esse conceito quando diz que a inteligência coletiva é dinâmica, participativa e “refere-se a essa capacidade das comunidades virtuais de alavancar a expertise combinada de seus membros. O que não podemos saber ou fazer sozinhos, agora podemos coletivamente” (JENKINS, 2008, p. 54).

O ciberespaço como uma arena da esfera pública e com o fomento de debates pela inteligência coletiva ocasiona o fenômeno cultural que Jenkins denomina de *cultura do conhecimento*. O autor enfatiza que a nova cultura do conhecimento rompe com os vínculos da antiga forma de comunidade social e dá espaço a novas formas de comunidade, que são definidas por afiliações voluntárias, temporárias e mantidas pelas trocas recíprocas de conhecimento. A cultura do conhecimento é, então, “a capacidade de aprender por compartilhamento de ideias e comparações de observações com outros (JENKINS, 2008, p. 305). O autor ainda cita que Lévy acredita que a cultura do conhecimento seria capaz de ampliar a democracia e os debates plurais, já que essa cultura poderia fomentar novos protocolos de interação, de deliberações e superações de diferenças.

Os conceitos de *cultura do conhecimento* e de *inteligência coletiva* corroboram com a ideia inicial de que os indivíduos no ciberespaço geram laços sociais e fluxos comunicacionais essenciais para o fomento de uma arena de debates coletivos. Portanto, são noções que permeiam o ambiente digital e são fundamentais quando se pensa no

ciberespaço como uma nova instância de esfera pública. Pois, como assinalado anteriormente, a esfera pública é tida como um lugar de fomento de uma consciência coletiva.

Desafios Para a Consecução do Ciberespaço Como Esfera Pública Contemporânea

Embora o modelo de esfera pública concebido por Habermas não possa ser isolado de influências externas, é preciso refletir sobre quais são e como agem essas interferências nos espaços públicos de debates na contemporaneidade.

Nesta lógica, acompanhando as mudanças e transformações dos espaços públicos desde os cafés e estabelecimentos comerciais na concepção da esfera pública habermasiana até os dias atuais com a internet, Bolaño e Brittos (2007) contextualizam as mudanças estruturais do capitalismo, iniciadas no final do século XX com a globalização, que afetam diretamente a esfera pública. Para os autores, a tecnologia e os novos meios geram impacto na economia, na política, nas formas de sociabilidade e no espaço público.

Bolaño e Brittos acreditam que a digitalização foi, precipuamente, destinada a facilitar a circulação da informação com o objetivo de expandir o capital, mas que poderá culminar em uma comunicação popular libertadora, mais cidadã e democrática. Ou seja, o avanço tecnológico, na visão dos autores, possibilitará o surgimento de uma alternativa democrática de comunicação popular organizada com base nos movimentos sociais. Eles defendem que, com a esfera pública globalizada e a interconexão mundial de certos segmentos sociais, pode-se retomar a ideia de constituição de uma esfera pública global, próxima da concepção original de Habermas. Nesta perspectiva, os autores elucidam:

Na nova esfera pública que emerge na confluência entre reorganização do capitalismo, mudanças no processo inovador, política tecnológica e domínio neoliberal, novos lugares são periféricamente articulados, envolvendo o desenvolvimento de elementos que poderão ser importantes para o pleno exercício da cidadania, como o aperfeiçoamento de tecnologias educacionais, de sistemas de governo eletrônico e de certas tendências de reforço da diversidade cultural, da pluralidade no tratamento da informação, da disponibilização de conteúdos locais e da articulação dos movimentos sociais em redes virtuais, com a consequente, ainda que problemática, divulgação de ideias não-hegemônicas (BOLAÑO E BRITTOS, 2007, p. 85).

Embora os autores defendam que é possível pensar em diferentes possibilidades de efetivos avanços democráticos a partir dos novos meios, eles reconhecem que a o

ambiente digital ainda segue restrito a setores cultos e relativamente ricos, permanecendo para a imensa maioria da população o paradigma da cultura de massa. Assim, para uma esfera pública popular e dialógica é preciso um processo de macro mudanças econômicas e sociais para possibilitar um amplo acesso à internet.

Além dessa lacuna no acesso ao ambiente digital, é preciso entender que os debates públicos também são limitados para as pessoas dentro do ciberespaço. Uma vez que, todos os usuários da rede e de plataformas de redes sociais têm seu comportamento monitorado automaticamente por softwares de dados (*bigdata*), que coletam informações sobre padrões de consumo e sobre os mais variados hábitos. É possível afirmar, dessa forma, que se no paradigma das mídias de massa as linhas editoriais do jornalismo interferiram no imaginário coletivo da sociedade, hoje nossa autonomia no ciberespaço pode estar igualmente afetada pelos efeitos dos softwares de recomendação e algoritmos que nos orientam para o consumo.

À vista disso, todo o entendimento do ciberespaço como uma esfera democrática, de representatividade irrestrita e de liberdade de expressão por excelência anda, na verdade, a passos largos da realidade. Pois, o referido entendimento do ciberespaço não leva em consideração as transversalidades oriundas de interesses econômicos para fins de consumo. Bem como, ignora os atravessamentos capitalistas que limitam debates mais amplos e plurais por estarem interferindo diretamente no conteúdo disponível ao indivíduo conectado.

No livro *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*, Pariser (2012) expõe esses aspectos limitantes e explica que o que rege as relações no ambiente digital é a personalização de conteúdo, que distancia indivíduos a debates públicos amplos. Para o autor, os algoritmos e a base de dados de grandes organizações como o *Google* e *Facebook* ditam as regras de acesso na rede. Ou seja, o ciberespaço está se tornando um espaço de coleta e venda de dados e de informações pessoais com fins puramente mercadológicos.

Entretanto, esse direcionamento não se restringe à propaganda, ele está também impactando nos fluxos de informações. Neste sentido, Pariser observa que o *Facebook* direciona informações e notícias de acordo com desejos pessoais, ou seja, quanto mais o usuário clica em determinado assunto e matéria, mais a base de dados do site entende que aquele mesmo assunto deverá ser direcionado a este mesmo usuário em buscas futuras.

Esse determinismo informativo leva a outro fenômeno apontado por Pariser: a “bolha dos filtros”. Para o autor, os filtros direcionam conteúdo e determinam o que o usuário vai ler, compartilhar, seguir e o que ele vai desejar fazer no futuro. Portanto, cada indivíduo acaba consumindo informações de acordo com o que ele mesmo pensa e acredita, ficando preso em uma bolha de informações e ideias. O ciberespaço se torna, por consequência, um espelho do próprio indivíduo.

Deste modo, as bolhas acabam tendo um alto custo social e cultural, já que alteram o modo como os indivíduos se deparam com ideias e informações, impactando na compreensão da sociedade e na percepção de mundo. A partir do exposto, é possível afirmar que o ciberespaço anda a passos largos de uma esfera pública ampla, plural e com debates cívicos e críticos porque o ciberespaço apenas reflete cada vez mais os próprios interesses de cada indivíduo.

Nesta lógica, os estudos sobre a topologia da rede de Barabási (2009) trazem à luz o equívoco de compreender o ciberespaço como uma esfera pública igualitária, pois os projetos de mapeamento do ambiente digital confirmam que há uma completa falta de equidade na rede. Isso se deve ao fato de que mesmo que cada indivíduo tenha o direito de colocar o que quiser nas redes sociais, não significa que esse conteúdo vai ser de fato visto por um número significativo de pessoas. Assim, em todo o contexto da rede alguns assuntos ou indivíduos terão mais visibilidade e influência do que outros.

O autor afirma que essas pessoas, sites ou plataformas que são mais vistos são os *hubs*, que detêm maior poder de conectividade em comparação ao restante da web e acabam se tornando referência para uma grande massa. E quanto mais conexões esse *hub* tem, mais conexões serão sugeridas para ele. Ou seja, quanto mais visível o site é, mais visível ele tende a ficar, deixando a maior parte dos conteúdos na rede totalmente invisíveis.

É possível compreender, mais uma vez, que o ciberespaço está longe de ser uma esfera igualitária, democrática e plural. Assim, resgata-se o conceito de esfera pública no contexto da mídia de massa e da indústria cultural para elucidar o que Habermas afirmava sobre as interferências capitalistas na esfera pública.

Giddens (2012) aponta a decadência da esfera pública a partir das análises críticas de Habermas no que tange ao debate democrático nas sociedades modernas. A esfera pública seria uma “fraude” porque está sufocada pelo desenvolvimento da indústria cultural, pela disseminação da mídia de massa e pelo entretenimento de massa.

A partir da consolidação do capitalismo e da mídia de massa, a decadência da esfera pública acelera porque a cultura, segundo o autor, é difundida com fins de manipulação e para o consumo, o que limita os debates públicos e enfraquece a reflexão acerca de questões coletivas. A partir do momento que assuntos políticos e sociais são gerenciados por grandes organizações, o cidadão é distanciado desse debate, o que fortalece cada vez mais os interesses comerciais em detrimento dos públicos.

Ora, se os debates públicos são limitados e enfraquecidos numa esfera pública caracterizada pelas transversalidades capitalistas, então é possível afirmar que, a partir das considerações de Barabási e Parisier, a concepção do ciberespaço como uma esfera pública contemporânea também se caracteriza como uma fraude. Pois, tende a distanciar cada vez mais o cidadão do debate público e pode se tornar um espaço estruturado somente por visões hegemônicas, de reprodução das desigualdades sociais e de exclusão de minorias sociais - tão presentes na sociedade off-line.

Com a bolha dos filtros, a personalização de conteúdo e a topologia desigual da rede, os indivíduos têm menos encontros que possam trazer novas percepções e aprendizados. Logo, uma grande parcela de visões de mundo é ignorada e boa parte das diferenças não é levada em consideração em discussões públicas. Portanto, o debate democrático não se sustenta, pois ele exige uma colisão de ideias, culturas e ideologias diferentes, exige que os indivíduos se baseiem em fatos compartilhados e em discussões amplas, proporcionando subsídios para reflexões, argumentos e quebras de preconceitos.

Considerações Finais

O presente estudo teve por objetivo refletir sobre as metamorfoses pelas quais passa o campo do debate público. Hoje, com as novas tecnologias, a convergência das mídias, o ciberespaço e as plataformas de redes sociais, vivenciamos a possibilidade de desenvolvimento de uma instância de esfera pública com debates mais amplos e plurais.

Entretanto, somos diariamente impactados pelos atravessamentos capitalistas, pela personalização de conteúdos e pela bolha dos filtros que ameaçam esses avanços. Ao passo que a virtude do ambiente digital é a capacidade de erodir o poder de um centro institucional, o ciberespaço está sendo regido por grandes organizações capitalistas. Então, em vez de possibilitar aos indivíduos uma condução mais autônoma de determinadas questões, o que está acontecendo é exatamente o oposto: é possível que

algumas corporações estejam ditando unilateralmente o modo como bilhões de pessoas devem se relacionar.

Em suma, é possível afirmar que a acepção do ciberespaço como uma nova instância da esfera pública não se sustenta em sua totalidade. Uma vez que, anda a passos largos de uma arena pública, democrática e plural. Contudo, o ciberespaço tem sim um papel importante na construção e difusão de diálogos essenciais para os debates públicos. Na defesa deste argumento, o presente trabalho dedicou-se a mostrar o ciberespaço como uma arena onde sujeitos estão fomentando debates importantes acerca da realidade social.

O ambiente digital se torna, dessa forma, uma ferramenta potencializadora da esfera pública – no sentido habermasiano de um local de articulação com uma finalidade coletiva e uma consciência comum, com visibilidade pública e amplamente, embora não totalmente, acessível. Pois bem, chega-se a um ponto importante da reflexão: é preciso reconhecer a complexidade das redes, do ambiente digital e a insuficiência da teoria da esfera pública em compreender todas essas complexidades da era da informação.

Por fim, é possível traçar uma taxionomia original do conceito de esfera pública a partir dos estudos realizados, dos diálogos entre os autores e dos objetos analisados: Esfera pública burguesa: na concepção de Habermas, a esfera pública burguesa surge com o Estado Moderno e com a ascensão da classe média, que começa a se reunir em público com o objetivo de debater questões coletivas, principalmente sobre leis e regras impostas pelo governo. Portanto, a esfera pública burguesa é tida como uma instância de indivíduos reunidos para debater questões coletivas, que resulta em um consenso – a “opinião pública”.

Esfera pública mediada: após o surgimento da imprensa, surge outro fenômeno no espaço público: um espaço mediado pelo sistema dos *media*, que processa as demandas vindas de instituições, de organizações políticas, de representantes administrativos, de movimentos sociais, de associações e da própria sociedade civil. Habermas tem, inicialmente, uma visão redutora dos *media*. Segundo ele, as demandas processadas pelos meios de comunicação originam uma esfera pública de redes e fluxos de mensagens desordenados, despolidizadores e reprodutores de uma visão baseada em interesses econômicos.

Entretanto, em considerações posteriores, o autor já atribui aos meios de comunicação uma função de captar, organizar, dar visibilidade e disponibilizar

conteúdos diversos, exercendo, portanto, uma função mediadora na esfera pública. Esse papel de mediador do sistema dos *media* deve ser analisado sob a perspectiva de que o palco da realidade social apresentando é construído através de um repertório de preferências e seleção de cada veículo. Mesmo assim, são importantes na formação das estruturas deliberativas de uma sociedade democrática.

Esfera pública antropológica: este conceito foi apresentado por Lévy e está relacionado ao aspecto humano e antropológico dos espaços. Ou seja, a constituição dessa esfera pública depende do contexto social, das representações culturais, das emoções humanas e das representações sociais de cada época. Os espaços antropológicos podem, então, ser considerados como espaços de significações e estão divididos em quatro: a Terra, o Território, o Espaço das mercadorias e o Espaço do saber. Este último, que compreende toda a dimensão social possibilitada pela tecnologia, além de uma indispensável instrumentação técnica, incita a reinventar o laço social em torno do aprendizado recíproco, da sinergia das competências, da imaginação e de inteligências coletivas.

Esfera pública globalizada: considerando que a esfera pública se forma a partir de fluxos comunicativos entre diferentes atores sociais, é possível entender a estrutura social em rede como uma esfera pública globalizada em desenvolvimento, já que a mudança estrutural do capitalismo com a globalização afeta diretamente esse fluxo. Segundo Bolaño e Brittos, os avanços tecnológicos geram um impacto tanto na economia e na política, quanto na sociedade e nas formas de sociabilidade, que agora acontecem em âmbito global. Na visão dos autores, a esfera pública globalizada possibilitará o surgimento de uma alternativa democrática de comunicação, mais popular e organizada com base em movimentos sociais. A interconexão mundial é a nova organização social e uma nova instância de esfera pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARABÁSI, Albert-Laszlo. **Linked: a nova ciência dos networks**. São Paulo: Leopardo, 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueria e BRITTOS, Valério Cruz Brittos. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura.** 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet.** São Paulo: J. Zahar, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. 6. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Tradução de Waltensir Dutra. Atualização e revisão técnica Marcia Guerra. 22 ed. Ver e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** Tradução Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

_____. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável.** Henry Jenkins, Sam Ford e Joshua Green; tradução Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** 8. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LOSEKANN, Cristiana. **A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro.** Pensamento Plural, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 37-57, jan./jun. 2009.
Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/04/02.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2016.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica.** João Pessoa: Editora Manufatura, 2012.

MARTINS, Francisco Menezes & SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **A genealogia do virtual – comunicação, cultura e tecnologias do imaginário.** Porto Alegre: Sulina.

MIÉGE, Bernard. **A sociedade tecida pela comunicação: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social.** São Paulo: Paulus, 2009.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Tradução Celina Portocarreo. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias.** Porto Alegre: Sulina – 3ª Edição, 2012.